Direito Penal e direito civil: diferenças explicadas por um advogado penal em Braga Uma dúvida frequente nas primeiras reuniões é saber se um determinado conflito pertence ao direito penal ou ao direito civil. A confusão é compreensível, porque o mesmo facto pode ter consequências nas duas áreas. Um acidente, uma dívida não paga ou uma discussão entre vizinhos podem dar origem a uma ação cível, a um processo-crime ou a ambos. Perceber a diferença ajuda a escolher o caminho certo e evita expectativas erradas sobre aquilo que cada tribunal pode decidir. O direito civil regula as relações entre particulares: contratos, propriedade, responsabilidade por danos, família. Quando alguém recorre a um tribunal cível, pede normalmente que a outra parte seja condenada a pagar, a fazer ou a deixar de fazer algo. Já o direito penal protege bens que a sociedade considera essenciais, como a vida, a integridade física, a honra ou o património, e reage através de penas, como a multa ou a prisão. No processo penal, quem conduz a investigação e acusa é, em regra, o Ministério Público, e não a pessoa lesada. É por isso que um advogado penal explica muitas vezes que a vítima não é dona do processo, embora tenha um papel importante se se constituir assistente.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Existe, ainda assim, uma ponte entre as duas áreas. Em Portugal, o pedido de indemnização civil decorrente de um crime é, em regra, deduzido no próprio processo penal. Isto significa que a vítima de uma agressão ou de uma burla pode pedir a reparação dos prejuízos no mesmo processo em que se discute a responsabilidade criminal, sem ter de abrir uma ação separada. Cabe ao advogado avaliar se essa é a via mais vantajosa em cada caso e cumprir as formalidades necessárias no momento certo. Há também situações que parecem crimes mas não o são. Um contrato incumprido, por si só, é normalmente uma questão civil. Uma infração de trânsito pode ser apenas uma contraordenação, punida com coima, ou pode ser crime, como acontece com a condução sem habilitação legal. Na QUOR Advogados, em Braga, o advogado penal que recebe o caso começa precisamente por aqui: enquadrar o problema antes de agir. O escritório trabalha em várias áreas, incluindo criminal, imobiliário, família e comercial, o que facilita uma leitura completa quando o caso toca mais do que um ramo do direito. Para esclarecer em que área se advogado penal online insere uma situação concreta, a QUOR disponibiliza uma consulta inicial de 70€, com análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação. A consulta pode ser presencial em Braga, na Praça da República, ou online por videochamada. O contacto faz-se pelo +351 939 709 888, com resposta em 24 horas úteis.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.